

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Guilherme Mateus Bourscheid**

**ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL:  
sustentabilidade na consolidação da  
gestão democrática**

Pelotas  
2015

**Guilherme Mateus Bourscheid**

**ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL:  
sustentabilidade na consolidação da  
gestão democrática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito ao título de especialista em Gestão Escolar, do Programa Nacional de Gestores da Educação Básica/MEC.

Orientadora:

Profª Marcia Maciel de Campos

Pelotas

2015

## RESUMO

Esta produção tem origem na conclusão de curso em Gestão Escolar da UFRGS como requisito para o título de especialista em educação e teve como objetivo construir com o segmento alunos da comunidade escolar, através de uma pesquisa-ação, um Grêmio Estudantil, colaborando assim para uma intervenção social que ajude esta comunidade a se organizar em coletividade para o ecodesenvolvimento local. Este Projeto de Intervenção foi desenvolvido com as turmas do Ensino Fundamental das Séries Finais da EEEF Dirceu Moreira, localizada na colônia de Santa Silvana, 6º Distrito de Pelotas. Orientado pela metodologia da Pesquisa-ação, oportunizou a discussão e a organização da entidade colegiada dos e das estudantes da Escola. A satisfação estampada no rosto dos meninos e meninas articuladores da construção prática da entidade revela que este processo valeu a pena e trouxe para os e as estudantes uma aproximação das relações pessoais entre colegas e a certeza de que ser protagonista das suas necessidades e demandas é o mais importante além, de contribuir no fortalecimento da Gestão Democrática. Colaboração mútua, organização coletiva, cooperação e companheirismo foram aprendizados que ficarão impregnados na forma de relacionamento em comunidade e tão importantes para o fortalecimento da permanência do jovem camponês e da jovem camponesa na agricultura.

Palavras-chave: Educação do Campo. Grêmio Estudantil. Gestão Democrática.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
1.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA	8
1.2	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO/PEDAGÓGICA	10
1.3	FOCO DO PI	12
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>15</b>
2.1	GESTÃO DEMOCRÁTICA	15
2.2	GRÊMIO ESTUDANTIL	17
2.3	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	19
2.4	EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO	21
2.5	SUSTENTABILIDADE	23
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>AÇÕES ANALISADAS</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b>	<b>37</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A produção deste trabalho é fruto do projeto de intervenção realizado durante o curso de especialização em gestão escolar desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta intervenção/ação foi desenvolvida na Escola Estadual 'do Campo' de Ensino Fundamental Dirceu Moreira, localizada na colônia de Pelotas mais precisamente no Distrito de Santa Silvana. A Escola está situada na Estrada Santa Silvana, s/nº, e próximo às divisas de Pelotas com os municípios de Arroio do Padre, Turuçu e São Lourenço do Sul.

O trabalho educativo através do qual construímos a organização das mulheres e homens em movimento é necessário devido à contribuição metodológica e de planejamento dos coletivos. Assim, uma escola do campo cumpre seu papel social quando ensina seus educandos e educandas para uma formação cidadã onde os e as jovens apreendem que na participação em suas comunidades opinando, discutindo e trabalhando podem estar contribuindo para o desenvolvimento local numa perspectiva da sustentabilidade. Assim, um dos grandes eventos para fortalecer a participação e o protagonismo dos e das jovens que uma escola pode oportunizar é a criação ou o fortalecimento das agremiações estudantis.

Nesse aspecto, o presente trabalho vem contribuir com o relato do despertar do Grêmio Estudantil da Escola Estadual 'do Campo' de Ensino Fundamental Dirceu Moreira. Nós, professores, professoras, funcionárias e equipe diretiva acreditamos que só se aprende participar participando e como Sander (2015, 5) diz que “[...] democracia e participação não podem ser aprendidas em solidão, apenas lendo ou escrevendo sobre ela. É preciso vivê-las e experienciá-las com outras pessoas [...]” e ao percebermos a necessidade de organização do segmento alunos e alunas para um fortalecimento da Gestão Democrática dentro de um desenvolvimento mais sustentável da escola e ao passo que os alunos e alunas foram se questionando das próprias atitudes dentro da escola foi organizado uma comissão para criação do Grêmio Estudantil.

Desde que iniciei na direção da Escola Estadual 'do Campo' de Ensino Fundamental Dirceu Moreira, há oito anos, percebo com atenção a questão da participação e da Gestão Democrática. Talvez por esta razão, o envolvimento da comunidade escolar no processo de gestão da Escola veio se fortalecendo nos primeiros anos de meu mandato. Porém, o interesse foi diminuindo e percebi que era necessário intervir para buscar uma solução e modificar aquela realidade. Foi então, que a equipe diretiva propôs o programa Escola Mais Sustentável que visa trabalhar as diversas dimensões da sustentabilidade e em especial a dimensão política da qual a participação popular e o protagonismo são temas recorrentes.

A proposta de criação do Grêmio Estudantil da Escola Dirceu Moreira somada às outras instâncias colegiadas da Escola como o Circulo de Pais e Mestres e o Conselho Escolar, vem buscar espaço próprio do protagonismo juvenil. Alunos e alunas no processo de organização de seu movimento para juntos e juntas discutirem, se organizarem e deliberarem sobre suas ideias, angústias, anseios e necessidades. Assim, colocamos em prática esse Projeto de Intervenção voltado à organização dos educandos e das educandas da Escola em agremiação estudantil a fim de estimular a participação e protagonismo como processo de fortalecimento da Gestão Democrática e de uma Escola Mais Sustentável.

O retrato da participação dos e das estudantes na Escola sempre foi restrita a uma indicação do próprio segmento estudantil para compor os nomes no Conselho Escolar, essa era em essência a participação dos meninos e meninas dentro da Escola. Assim, esta ação se justificou devido a sua contribuição na mudança de postura em relação a participação e protagonismo e na valorização da Gestão Democrática.

Tendo como objetivo deste trabalho construir com o segmento alunos e alunas da comunidade escolar, através de uma pesquisa-ação, um Grêmio Estudantil, colaborando assim para uma intervenção social que ajude esta comunidade a se organizar em coletividade para o ecodesenvolvimento local. Contribuem ainda, outros objetivos como a promoção de atividades de práticas pedagógicas que valorizem o homem e a mulher do campo; proporcionar espaços onde os alunos e alunas possam expressar sua voz; criar instâncias de

alunos e alunas que estimulem a participação destes na Escola; divulgar os conhecimentos construídos com a intervenção na comunidade de Santa Silvana, através dos meios de comunicação local.

Diante dessas questões, podemos perceber que o processo de construção do Projeto de Intervenção criação do Grêmio Estudantil tem alcançado seus objetivos.

Uma destas grandes mudanças está no estreitamento das relações interpessoais. Podemos perceber que as amizades entre os meninos e meninas que participaram do processo de construção da Agremiação Estudantil estão mais acentuadas. No recreio percebe-se que onde antes havia correria e distanciamento entre meninos e meninas já se percebe grupos em rodas de conversas.

Outra grande mudança foi percebida por todos os professores e professoras que identificaram um maior envolvimento nos assuntos relacionados aos interesses dos e das estudantes em sala de aula, nos conselhos de classe e no dia-a-dia da comunidade escolar. As reuniões do grupo assumiu os primeiros trabalhos do Grêmio Estudantil assim como o envolvimento com a programação da Rádio Escola demonstram que o grupo se fortaleceu, criou identidade com as ações e isso estimulou um protagonismo mais acentuado a cada dia que passa.

Cabe também destacar que a participação e o protagonismo na Escola têm sido estimulados por diversas ações que aconteceram simultaneamente e que acabaram contribuindo ainda mais com a criação desta Organização Estudantil. Estas ações foram frutos do Programa Escola Mais Sustentável que tomou conta da Escola desde o ano de 2014. Este programa tem a intenção de fomentar ações que procuram envolver todos os segmentos da Comunidade Escolar e comunidade em geral que venham contribuir com a sustentabilidade da Escola Dirceu Moreira

Este trabalho está organizado em capítulos e subcapítulos onde apresento uma caracterização da Escola dentro da comunidade de Santa Silvana quanto a sua estrutura, organização e dificuldades/possibilidades; posteriormente falo das bases teóricas que referenciam este trabalho, os

conceitos de determinados conhecimentos que são fundamentais para a compreensão do contexto em que se situa a Escola, o projeto de intervenção e a pesquisa e por que caminho percorre o pensamento do autor pesquisador; noutro capítulo, falo da metodologia usada nesse trabalho e os motivos que levaram a utilização da pesquisa-ação para a construção deste projeto de intervenção-ação; o passo seguinte, é mostrar as ações realizadas e analisá-las dentro do contexto da educação do campo e da sustentabilidade; por fim, vais encontrar as considerações finais e a bibliografia utilizada na pesquisa e relatório.

## 1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA

A Escola Dirceu Moreira está situada no meio rural, portanto é considerada uma escola do campo, precisamente localizada no Distrito de Santa Silvana distante 50 km da sede do município de Pelotas. Culturalmente a comunidade é formada por descendentes de alemães em sua maioria provenientes da região da Pomerânia<sup>1</sup>. Na maioria das vezes, os professores utilizam três transportes coletivos para chegar até a Escola sendo que os últimos vinte quilômetros por meio de estrada de chão. Essas se encontram esburacadas e em dias de chuva apresentam trechos que impossibilitam a passagem de veículos deixando muitas vezes os professores sem condições de chegar ao educandário. Isto tudo, torna esta uma escola de difícil acesso.

O espaço físico da escola é relativamente pequeno. A Escola possui computadores, datashow e sistema de som, mas não foram nomeados professores para sala de informática e nem para a biblioteca. Também não existe antena parabólica e nem televisão.

A Escola Dirceu Moreira pertence à esfera administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, assim figura entre as escolas públicas estaduais vinculadas a Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul e a 5ª

---

<sup>1</sup> Segundo Salamoni; Acevedo; Estrela (1995) a colonização pomerana iniciou em 1858 na Serra do Tapes, hoje municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, pelas mãos do empresário Jacob Rheingantz. A região da Pomerânia não existe mais pois foi anexada à Polônia em 1945 e a população banida daquela terra. Assim, este povo espalhou-se pelo mundo sendo o Brasil hoje um dos lugares de maior concentração de pomeranos do mundo e onde ainda se guardam costumes, crenças, língua nativa e culinária.

Coordenadoria Regional da Educação. É coordenada por um Diretor, sendo auxiliado por uma secretária de escola e uma Orientadora Educacional em meio turno e uma coordenadora de educação também em meio turno, sendo este o limite administrativo.

A Escola proporciona dois turnos de funcionamento, manhã e tarde, sendo oferecido o nível Básico, etapa do Ensino Fundamental de nove anos e a modalidade complementar da Educação do Campo. O quadro geral é composto ainda por doze trabalhadoras e trabalhadores em educação, sete professores e professoras em regência de classe, sendo que destas, uma professora ocupam funções Coordenação Pedagógica e um outro professor atua também na Coordenação do Programa Mais Educação. No auxílio das funções escolares são duas funcionárias responsáveis uma para cada setor d a merenda, em licença para tratamento de saúde e uma auxiliar de manutenção. A comunidade de Santa Silvana comporta essa Escola Estadual e outras três Municipais, sendo que estão matriculados e matriculadas na Escola 72 educandas e educandos<sup>2</sup>.

Desde a sua criação, como Grupo Escolar Dirceu Moreira em 1942, a escola funcionou apenas com o Ensino Fundamental incompleto vindo a se estabelecer como Escola Estadual de Ensino Fundamental apenas em 2002. No ano de 2012, foi solicitada a inclusão da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo essa demanda ainda não atendida. Para manter a Escola em condições de bom uso e manutenção a Escola recebe um repasse mensal via Autonomia Financeira do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, um repasse anual do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Dinheiro Direto na Escola (FNDE/PDDE) e Programa Dinheiro Direto na Escola Campo (PDDE Campo) além de recursos do FNDE/PDDE/Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE/PDDE/PNAE). Recentemente a Escola passou a contar com outros aportes federais através do Programa Mais Educação e Atleta na Escola que prevêem recursos financeiros para a promoção da educação em tempo integral e atividades esportivas de diversos esportes na promoção de formação de atletas.

---

<sup>2</sup>Dados de 2015 referente às matrículas da Escola.

## 1.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO/PEDAGÓGICA

Mães e pais têm participação na Escola de forma discreta, apesar do estímulo ainda falta muito para que a comunidade se envolva como organismo vivo dentro da Escola. O Conselho Escolar cumpre papel fiscalizador e colaborador com a escola na organização, em conjunto com a equipe diretiva, do calendário escolar e das festividades da Escola. Assim, também, se comporta o Círculo de Pais e Mestres. Ambas as entidades participam ativamente da organização básica das atividades e da programação da Escola. Queremos organizar o clube de mães, pois a pressupõe-se que a sociedade machista delega a elas a responsabilidade pela educação dos filhos, assim, é preciso que tenhamos um olhar mais atento para com estas mulheres do campo.

O conselho de classe a partir deste ano será participativo. Discutir as questões de sala de aula com a participação de todos os envolvidos no processo educativo é avançar na qualidade do aprendizado dos alunos e alunas. O Grêmio Estudantil não está organizado na escola. Os alunos do nono ano se organizam para a formatura e esta é a única instância organizada dos e pelas alunos e das alunas e pelas alunas. Como uma das propostas do nosso Projeto Político-Pedagógico é fortalecer a organização dos e das estudantes a discussão com este segmento a fim de construir esta entidade colegiada na Escola Dirceu Moreira se efetiva para que essa agremiação cumpra papel significativo dentro do processo educativo da Escola.

A Assessoria Pedagógica, uma conquista do ano de 2012 que demandou muita luta, veio para proporcionar um debate e trabalho diferenciado na condução do desenvolvimento das práticas educativas dos educadores e das educadoras. Da mesma forma, com muita luta, conquistamos a abertura de uma vaga para a Orientação Educacional, esta veio no final de setembro de 2012 e tem contribuído muito com a organização das tarefas pedagógica onde se produz uma ponte entre as crianças, a família e a Escola. Outra grande conquista foi a do Coordenador do Programa Mais Educação<sup>3</sup> que faz um

---

<sup>3</sup> O Programa Mais Educação, criado pelo Governo Federal no ano 2010, tem como objetivo “induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral” MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA [s.d.]. Disponível

trabalho que tem por objetivo amarrar as atividades do Programa com o Currículo da Escola. Este Programa prevê a contratação direta de monitores para o seu desenvolvimento o que possibilitou a aproximação de pessoas comprometidas com a educação do campo e também injetou um ânimo novo para toda a comunidade escolar.

Em todos estes anos de trabalho sempre buscamos parceiros para o desenvolvimento de atividades com a comunidade escolar. Hoje se desenvolve na Escola uma parceria com a Embrapa Clima Temperado – Estação Cascata, com a introdução do projeto Quintal Orgânico<sup>4</sup>, modelo prático de cultivo orgânico e agricultura ecológica. Este programa tem sido desenvolvido em conjunto com o Mais Educação, sendo que a partir de 2015 também servirá como sala ambiente de estudo de Permacultura<sup>5</sup> com a introdução da horta orgânica nos espaços abertos entre as linhas das árvores frutíferas do Quintal Orgânico.

A Escola está organizada em regime de matrícula seriado, o ano letivo dividido em três trimestres e as séries contêm as disciplinas básicas do Ensino Fundamental. Matemática e Língua Portuguesa contemplam a maior carga horária, cinco horas semanais cada uma. Além destas duas disciplinas há ainda Educação Física, Artes, Religião, Ciências, Geografia, História e Língua Estrangeira. O dia letivo é dividido em cinco períodos de cinquenta minutos cada perfazendo uma carga horária de quatro horas e vinte e cinco minutos diários, vinte e duas horas e trinta minutos semanais e no ano conclui com mais de 920 horas letivas.

A Escola possui Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar (RE) e os Planos de Estudos (PE), contudo, a demanda do dia-a-dia

---

em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16690&Itemid=1113](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113)>. Acesso em 18 jan. 2015.

<sup>4</sup> O projeto Quintal Orgânico, criado em 2003 pelo Governo Federal, para ser implantado em Escolas e comunidades visando “dar segurança alimentar às famílias que não têm muito acesso às frutas e incluir estes alimentos na nutrição das famílias e merenda escolar das crianças”. Disponível

em <<http://diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=22741&secao=Pacotes%20Tecnologicos&c2=Frutas>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

<sup>5</sup>Permacultura é um “sistema integrado de espécies animais ou vegetais perenes ou que se perpetuam naturalmente e que são úteis aos seres humanos”. Disponível em <<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

escolar entre outros fatores dificultam o desenvolvimento na prática de tudo o que estes documentos trazem consigo, assim, ainda falta muito para que consigamos colocar em prática o todo como gostaríamos.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola foi construído em 2007 e desde lá não foi mais discutido sendo que hoje necessita de uma efetiva revisão e possível reformulação de alguns conceitos e inclusão de programas que estão sendo desenvolvidos na Escola. A construção participativa deste é, também, uma necessidade que deve ser colocada em prática, no entanto, neste momento, nos atemos a questão da participação dos estudantes. Chamar os alunos para debater, pensar e construir uma escola que auxilie na construção de um projeto de desenvolvimento da comunidade e que eduque para a consciência crítica e para a participação e protagonismo da população na sociedade e nas organizações sociais.

Essa ação também vem de encontro à permanência dos alunos e das alunas na Escola e ao fortalecimento da Gestão Democrática. Não é comum os alunos abandonarem o processo educativo em nossa Instituição. Por outro lado, a reprovação é algo que é muito bem discutida e a retenção de alunas e alunos são discutidas entre todos os envolvidos no processo educativo da criança dando voz e vez à todas atrizes e todos atores deste fazer pedagógico.

### 1.3 FOCO DO PI

O foco do Projeto de Intervenção esteve na criação de espaços de participação e protagonismo no processo de desenvolvimento de conhecimento através da organização dos alunos em agremiação para que cunhassem espaços para discutir, criticar e propor ideias e ações frente aos seus ideais de escola construídos nos seus imaginários.

Os alunos e alunas foram desafiados a construir uma organização que fosse deles de direito, pois a participação destes e destas estudantes nas instâncias colegiadas proporcionam um amadurecimento no processo de Gestão Democrática. Segundo Bessa (2015),

[...] a democratização do processo de gestão deve garantir, através do exercício permanente de análise e de ações participativas o acesso igualitário às informações a todos os segmentos da comunidade escolar e a aceitação da diversidade de opiniões e interesses. Dentro deste contexto, o Grêmio Estudantil vem se constituindo como excelente dispositivo para concretização de um processo mais solidário entre os diversos grupos (BESSA, 2015: 02).

Os esforços concentrados na constituição do Grêmio Estudantil da Escola demandaram um envolvimento consideravelmente grande porque as turmas pequenas dificultaram a quantidade de participantes dessa construção, mas não há dúvidas de que este seja o caminho para construção do novo homem e da nova mulher para a nova sociedade (BETTO, 2000).

A participação dos alunos nas instâncias colegiadas se desenvolve nas dimensões da sustentabilidade assunto este, que a Direção da Escola, desde o ano de 2007, passou a desenvolver construindo ações que tivessem correspondência com o tema<sup>6</sup>. Pode-se mencionar entre as atividades realizadas, ações no campo cultural, ambiental, social, econômico e político. Podemos citar como exemplo o resgate das manifestações culturais como a Achmuta<sup>7</sup> e o Stiepen<sup>8</sup>, o jogo do Schafkopf<sup>9</sup>, a identificação das vestes antigas e características das famílias alemãs<sup>10</sup> e um profundo envolvimento com a culinária local e típica dos pomeranos.

Ainda, envolvendo as questões ambientais, políticas e econômicas buscou-se valorização do homem do campo e o fortalecimento da identidade e de pertencimento do homem e da mulher do campo como agentes produtores. Desse modo, agricultura familiar tem sido um enfoque importante nos conteúdos

---

<sup>6</sup> Em 2007 teve início a minha gestão como Diretor da Escola, cargo para o qual fui reeleito em 2010 e 2013.

<sup>7</sup> *Achamuta* segundo a cultura popular local é uma Velha da Cinza que ao entardecer do sábado de aleluia visita as casas das crianças que não se comportaram e joga um punhado cinza na porta de casa.

<sup>8</sup> *Stiepen*, segundo Costa (2008) nas comunidades pomeranas de São Lourenço do Sul e Pelotas “[...] ainda é praticado o Stiepen, quando homens pintam o rosto de preto, usam roupas de mulheres, vão de uma casa a outra pulando cercas e costumam cutucar vizinhos e amigos com galhos de árvores durante a noite de Páscoa”. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2095&secao=271](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2095&secao=271)>

<sup>9</sup> *Schafkopf*, jogo de origem alemã datada do final do século 17 tem tradução de ‘cabeça de carneiro’. Ver mais em <<http://de.wikipedia.org/wiki/Schafkopf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

<sup>10</sup> Baseado em depoimentos e fotos percebe-se que os vestidos de festas eram pretos. Isto, segundo contam os descendentes, acontecia pelo fato de haver poucas vestes e com preços muito caros, então, o mesmo vestido preto usado em funerais era também usado em dias de festa.

da escola para a compreensão dos sujeitos no seu espaço no seu território. No mesmo caminho, a aquisição da merenda escolar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade Compra Direta veio beneficiar a agricultura familiar e contribuir com a segurança alimentar. Estimulando a preocupação com o meio ambiente implantou-se um Projeto de separação do lixo, contatou-se com a Embrapa visando a introdução do projeto Quintal Orgânico com o plantio de mudas de árvores frutíferas no pomar da escola, assegurou-se a obtenção de recursos para a reativação da cacimba<sup>11</sup> e estimulou-se o uso racional da água, a preservação das árvores nativas, a preservação das nascentes além da reativação da cisterna<sup>12</sup>. Por outro lado, a participação democrática foi incentivada com o fortalecimento do Conselho Escolar e do Círculo de Pais e Mestres, importantes instâncias nas tomadas de decisões da equipe diretiva.

Ao contrário do que a literatura recomenda (SACHS, 2000; 2008), as atividades foram empreendidas a partir de um grupo pequeno de participantes. Desse modo, foram tomadas iniciativas isoladas, identificadas com premissas da sustentabilidade, resultando em ações que acabaram não tendo o efeito desejado devido ao pouco envolvimento do coletivo que compõe o universo escolar. Assim, a lacuna do conhecimento identificada na prática pedagógica da escola Dirceu Moreira consiste na ausência de um projeto para estimular as alunas e alunos da escola a participarem mais das instâncias colegiadas da Escola.

Partindo do pressuposto de que o programa Escola Sustentável deve estar baseado nas dimensões da sustentabilidade elaboradas por Sachs (2000; 2008)<sup>13</sup> para que a articulação da criação de um Grêmio Estudantil pudesse ser efetivada dentro da Escola Sustentável e das dimensões da sustentabilidade, a pergunta que este estudo se propôs foi de: como construir uma agremiação dos alunos e alunas da escola, em 2015, alicerçado pelas dimensões da sustentabilidade tendo como referência a participação dos educandos e educandas como atores deste processo?

---

<sup>11</sup> Poço artesanal construído para guardar água de fontes subterrâneas.

<sup>12</sup> Reservatório construído para armazenamento da água das chuvas.

<sup>13</sup> Conforme será visto adiante Sachs (2000; 2008) menciona as seguintes dimensões: social, cultural, ambiental, territorial, econômica e política

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No decorrer deste trabalho, tanto eu quanto o grupo que participou deste trabalho, professoras, professores, alunas e alunos, necessitávamos compreender alguns temas e dedicar algum tempo para estudá-los e interpretá-los a fim de que pudéssemos construir as ações, responder as dúvidas e analisar os acontecimentos. Um destes temas é o de Gestão Democrática que em essência é a finalidade desta especialização, como desenvolvê-la e como melhorá-la dentro da Escola para uma melhor prática de gestão e de democracia. A questão da legislação do Grêmios Estudantil é o assunto que ocupa a sequência do referencial teórico. Outro tema relevante é o do Projeto Político-Pedagógico. Este necessita de compreensão e reflexão para que possamos dar encaminhamento ao debate do tema supracitado. Por assim entendemos que necessário foi compreender a Educação do Campo e sua complexidade singular de regionalização e trabalho pedagógico diferenciado. Por último, e não menos importante, a compreensão do tema sustentabilidade e a definição de que sustentabilidade estamos falando visto que hoje diversos setores da sociedade falam em sustentabilidade mas nem todos falam a mesma língua.

### 2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para melhor entendimento deste conceito é preciso compreender anteriormente o conceito de democracia. Para Fontes (2012) democracia deve:

[...] assegurar a igualdade de todos os seres sociais, garantir a liberdade de todos e de cada um, proceder de maneira que a direção do destino coletivo emane de todos, e que os benefícios e prejuízos das decisões, com seus erros e acertos, revertam a todos. (FONTES, 2012: 191).

Medeiros & Luce (2015) apontam ainda para a democracia

[...] como forma de aperfeiçoamento da convivência humana, construída histórica e culturalmente, que deve reconhecer e lidar com as diferenças, ser inclusiva das minorias e das múltiplas identidades, implicar nas rupturas com as tradições e buscar as instituições de novas determinações. (MEDEIROS & LUCE, 2015, p. 2).

Tanto para Fontes (2012), quanto para Medeiros & Luce (2015), democracia leva ao reconhecimento da coletividade, da inclusão, da participação de todos e todas na construção de políticas voltadas para o desenvolvimento humano. Assim, na educação é preciso o envolvimento da comunidade escolar a fim de orientar o caminho a ser desenvolvido pela escola. As assembléias dos segmentos são os órgãos máximos decisórios das políticas e das ações da escola e estas também elegem seus representantes para juntos aos eleitos da Direção gerenciar o educandário dentro dos princípios da Gestão Democrática. Para Medeiros & Luce (2015)

[...] a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e a organização de ações que desencadeiem processos de participação social: na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisões; na definição de alocações de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação. Esses processos devem garantir e mobilizar a presença dos diferentes atores envolvidos nesse campo, no que se refere aos sistemas, de um modo geral, e nas unidades de ensino – as escolas e universidades (MEDEIROS & LUCE, 2015, p. 5).

A Escola como entidade jurídica que é, tem seus diversos segmentos e suas instâncias colegiadas. A estrutura organizativa da educação pública e o repasse de recursos oriundos dos governos exigem que haja uma participação mínima colegiada na escola para que possa gerenciar estes recursos. Assim, instâncias como os Conselhos Escolares e os Grêmios Estudantis são de fundamental importância para atuarem em conjunto com as direções das escolas na gestão da instituição. Por isso, esse projeto tem como objetivo a construção efetiva de um Grêmio Estudantil a fim de que possa desencadear uma constante participação e protagonismo dos e das estudantes no processo de gestão democrática da Escola.

Sobre a participação e protagonismo temos que nos atentar para que o simples ativismo sem consciência crítica também não serve para nossos propósitos educativos. Os efeitos negativos de um ativismo sem reflexão são aqui rejeitados, pois a despolitização não é bem vinda e não estimula, muito antes pelo contrário, afasta e deseduca os jovens quanto a sua participação e protagonismo de seu contexto em busca de se empoderar da sua própria condição social. Para Boghossia & Minayo (2009) salientam que a participação

juvenil tem se dado mais na teoria do que na prática e que os órgãos de trabalho com este público tem que ser mais efetivos em suas ações em vista de uma participação mais eficaz da juventude.

[...] a concepção de protagonismo juvenil, [...] tratando-se de ações coletivas realizadas pela participação dos estudantes e, por essas ações, a autonomia dos jovens e o envolvimento na coletividade, com seu agir, gerando participação e cooperação social, na escola e na comunidade em que vivem (OLIVEIRA, 2011, 49).

Ao perceber que o incentivo à participação e protagonismo não é qualquer participação e muito menos àquela que se faz às cegas como um 'analfabeto político'<sup>14</sup> estamos nos comprometendo com uma proposta que inclua participação e protagonismo do ponto de vista da consciência crítica onde a juventude venha a se apropriar do conhecimento socialmente construído e modificar o cotidiano.

## 2.2 GRÊMIO ESTUDANTIL

As agremiações estudantis têm como função articular os e as estudantes em coletivo para lutarem por seus interesses. Esta organização é autônoma, ou seja, sem controle das direções ou das associações de pais, mães e mestres. A partir da organização dos alunos e alunas a realidade estudantil pode e deve se modificar no sentido que vem contribuir com ações desenvolvidas pelos próprios estudantes dentro e fora da comunidade escolar, com a política educacional da escola e com a intervenção política no dia-a-dia da comunidade.

Amparada pela Lei 7.398 de 04 de novembro de 1985 as organizações estudantis tem o compromisso de buscar a articulação dos seus pares a fim de lutar pelos seus direitos estudantis, de democracia e políticos. Para a sua constituição é necessário que o segmento alunos e alunas participem abertamente das assembleias de constituição desta equipe e que pelo voto direto escolham seus representantes. Um estatuto social versará sobre os compromissos dos dirigentes frente a entidade e os fins desta agremiação conforme as necessidades da categoria a que ampara.

---

<sup>14</sup> 'O analfabeto político', poema satírico de autoria de Berthold Brecht. Disponível em: <https://veele.files.wordpress.com/2010/02/analfabetopolitico.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

A abertura em política 1980, pós regime de Ditadura Militar pelo qual o povo brasileiro foi forçado a passar e teve os direitos civis caçados, veio contribuir na reorganização da sociedade e no avanço da democracia no país. Com a promulgação da Constituição Nacional de 1982 a abertura democrática se tornou uma possibilidade e desde então a participação popular vem se acentuando nos desafios da nova sociedade.

Outra contribuição para a organização dos jovens em agremiações foi a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que traz no Art. 53, inciso IV o “direito de organização e participação em entidades estudantis” (BRASIL, 1990). Esta lei veio somar esforços com a Lei 7.398 e garantir às crianças e adolescentes sua participação em entidades organizativas de cunho estudantil.

Essas leis e o movimento de democratização em construção no país na luta pelos seus direitos findaram na Lei 13.104, de 22 de dezembro de 2008 que garantiu aos estudantes a meia entrada em eventos culturais e esportivos em todo o território estadual do Rio Grande do Sul e na sua atualização com a Lei 14.612 de 1º de dezembro de 2014 que define este benefício aos adolescentes até 15 anos e estende este benefício aos jovens pertencentes à famílias de baixa renda dos 16 até os 29 anos. Outra grande conquista foi a Lei 14.307, de 25 de setembro de 2013 que institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Estadual do Passe Livre Estudantil.

Essas conquistas e no amparo da legislação é que buscamos educar os alunos e alunas da Escola Dirceu Moreira oportunizando as condições de acesso e permanência na Escola e a participação e organização enquanto categoria. Essa participação com viés crítico e consciente da realidade em que vivem e da função social que podem e devem cumprir na escola e na sociedade. O Projeto Político-Pedagógico (2007) da Escola traz enquanto filosofia o trabalho na construção de “uma educação libertadora, formadora de sujeitos solidários, participativos, críticos e humanitários na perspectiva da construção de uma sociedade justa, democrática e humanista” (EEEF DIRCEU MOREIRA, 2007:3). E traz como proposta de trabalho

Estimular os educandos a organizarem-se em Grêmio Estudantil a fim de oportunizar a eles um espaço para discutirem seus propósitos e

construírem na prática a valorização do associativismo e da participação em comunidade (ESCOLA DIRCEU MOREIRA, 2007:7).

Nesse sentido, o PPP da Escola Dirceu Moreira já em 2007 previa uma atividade que oportunizasse a articulação política das alunas e dos alunos da Escola. Veio concretizar-se somente em 2015 talvez por que hoje temos as condições necessárias para que a proposta se concretizasse.

### 2.3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Para a professora Carmem Moreira de Castro Neves (1995) o Projeto Político-Pedagógico,

[...] é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados... É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. (MOREIRA, 1995, p. 110).

Para que o PPP seja de fato um instrumento que sirva de orientação para a prática escolar e não sirva somente como tarefa burocrática é preciso que a comunidade escolar participe da sua discussão e formulação, aprecie e assumam de fato a filosofia impregnada no documento. A participação da comunidade no processo de construção dos documentos orientadores da prática pedagógica escolar, entre eles o Projeto Político-Pedagógico possibilita a condução da escola dentro de uma Gestão Democrática do ensino público. Chamar a comunidade escolar para debater e pensar a ideia de uma escola voltada para a construção de um educando e uma educanda conscientes da sua participação na sociedade é de extrema necessidade para a concretização desta tarefa (BUSSMANN, 1995). Segundo o mesmo autor: “ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo” (BUSSMANN, 1995, p. 38).

É neste sentido, que a participação do segmento dos e das estudantes se fortalece porque busca nestes jovens e crianças a percepção da realidade no contexto das suas necessidades de enfrentamento do mundo a sua volta. Assim, oportunizar a criação do Grêmio Estudantil e garantir participação efetiva na construção do Projeto Político-Pedagógico e neste

vincular estes espaços como integrantes da política-pedagógica da escola na construção de uma sociedade mais justa e de sujeitos participativos, críticos e autônomos de suas decisões e ações na perspectiva do envolvimento e desenvolvimento local.

O fato de ter neste processo a participação dos atores envolvidos na cena pedagógica da escola permite a possibilidade da transformação do fazer pedagógico. Incluir a comunidade escolar no processo de construção e participação na gestão da escola é um primeiro passo para a realização de uma escola transformadora. Transformadora no sentido de querer a autonomia dos sujeitos, de um educando e uma educanda conscientes do seu contexto social e sua participação no mundo, transformadora da realidade, cumprindo, assim, sua função social de educadora para mudança da sociedade e do desenvolvimento local sustentável.

A construção do projeto político-pedagógico é

[...] um movimento de luta em prol da democratização da escola que não esconde as dificuldades e os pessimismos da realidade educacional, mas não se deixa levar por esta, procurando enfrentar o futuro com esperança em busca de novas possibilidades e novos compromissos. É um movimento constante para orientar a reflexão e ação da escola (VEIGA, 2003: 276).

Esse movimento que a Escola faz em favor da construção do PPP é importante para que seja feita uma escola articulada com o desenvolvimento local. Essa construção conta necessariamente com a participação da comunidade, pois são estes atores sociais que darão o apoio, a informação, a caracterização necessária para diagnosticar o contexto e, a partir deste, elaborar propostas de ações visando a construção da escola democrática. A participação da comunidade garante a democratização dos espaços pedagógicos da escola e além de serem atores desta construção, para Sarmiento e Marques, eles

[...] também devem ser autores dos processos educativos formais, promovendo o desenvolvimento individual e coletivo, contribuindo para a transformação da escola em tempo e espaço de permanente construção e reconstrução da comunidade (SARMENTO & MARQUES, 2006. p. 75).

Portanto, a construção deste documento orientador do fazer pedagógico da escola tem de ser discutido exaustivamente pelas instâncias

colegiadas da instituição, debatidas e formuladas nos segmentos da comunidade escolar, sistematizadas e levadas para apreciação em assembleias gerais da comunidade escolar onde todos e todas decidirão os rumos da escola.

No decorrer desta ação de criação de espaços de participação dentro do programa da Escola Mais Sustentável a comunidade percebeu a importância de discutir o Projeto Político-Pedagógico, pois, o que rege hoje é uma resultado de um projeto para cumprimento das obrigações frente a mantenedora. Assim, não responde aos anseios e necessidades da comunidade, e nem pertence a ela, portanto, descontextualizada no seu tempo e espaço. Embora esta seja a realidade o trabalho pedagógico tem sido mais significativo do que o PPP apresenta e este é o motivo pelo qual entramos num processo de construção de um novo PPP para a Escola Dirceu Moreira.

## 2.4 EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO

A discussão sobre o tema da educação do e no campo é recente e somente em 2002 é que se firma como expressão assim conhecida de hoje. Devida esta recente discussão conceitual e terminológica é que se observa ser um conceito em construção (CALDART, 2012). A expressão 'no' representa o sentido de lugar de inserção, refere-se que a escola está situada no campo e a educação se faz no campo. Por outro lado, a expressão 'do' refere-se uma questão de pertencimento dos sujeitos deste lugar<sup>15</sup>. Mas, para que haja direcionamento nessa compreensão é usual chamar apenas de Educação do Campo. Segundo Caldart (2012), educação do Campo é

[...] uma prática social que não se compreende em si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem (CALDART, 2012: 262).

A Educação do Campo tem se firmado cada vez mais diante da necessidade de se pensar uma educação direcionada para as necessidades do homem camponês e da mulher camponesa ou mesmo da agricultura familiar<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Ver mais em Caldart (2012: 264) em nota de fim de texto número 4.

<sup>16</sup> Delimitar o conceito de campesinato e agricultor familiar é uma questão ideológica. O agricultor familiar ganha espaço e notoriedade dentro do paradigma do capitalismo enquanto que o camponês desaparece neste processo. Por outro lado, a partir do paradigma da questão agrária a diferença entre campesino e agricultor familiar não existe pois se trata de um mesmo

O Ministério da Educação tem hoje uma secretaria exclusiva para desenvolver políticas públicas educacionais direcionadas para o campo. Historicamente percebemos poucos avanços nas políticas públicas para a educação do campo, porém, existe uma diferença muito grande do que vinha sendo feito e o que se faz hoje mesmo sabendo que o programa tem que avançar para promover igualdades de formação.

Hoje a coordenação da educação do campo no governo federal está vinculada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Isso por si só não garante políticas públicas prioritárias para a área, mas, garante uma proposta inovadora para as questões da educação voltada para o homem e a mulher do campo. É isto que a luta por uma educação do campo quer, uma política educacional voltada para os interesses do homem e da mulher camponeses, que seja articuladora dos saberes empíricos com os saberes científicos e que acima de tudo seja discutida e feita pelos próprios agricultores e agricultoras.

A Educação do Campo por sua origem dos movimentos sociais vem lutando não somente por acesso a uma educação do homem camponês e da mulher camponesa, mas também, pela “Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território” (CALDART, 2012, 261) lutas que envolvem uma compreensão crítica do contexto que estamos inseridos sem se distanciar da sua cultura e da preservação dos seus valores humanos e sociais (COSTA, 2012). Desta forma, conceituar Educação do Campo sem compreender que ela está associada historicamente a luta camponesa é negar historicamente as necessidades e as conquistas desta classe trabalhadora.

A Educação do Campo busca superar essa lógica educativa que, ao longo dos tempos, vem induzindo as massas da classe dos trabalhadores a uma formação escolar alienante, por reproduzir a lógica do sistema capitalista que desconhece a dimensão da

---

conceito onde a mão-de-obra é familiar ou assalariada dentro do limite máximo do número de membros da família e trabalham dentro de sua unidade de produção. Ver mais em FERNANDES, B. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf)>. Ou ainda em FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6661/6012>>.

alteridade, da realidade dos sujeitos do campo na lógica dos trabalhadores (VILHENA JUNIOR & MOURÃO, 2012: 193).

Neste sentido, a Educação do Campo tem a responsabilidade de incluir os sujeitos da comunidade na elaboração dos documentos orientadores das práticas políticas e pedagógicas da escola, das propostas metodológicas e na construção dos currículos que devem ser voltados para a realidade e as necessidades locais (SANTOS & ALMEIDA, 2012) e também à organização da juventude camponesa. Também, precisa ter domínio sobre os princípios da Educação do Campo (BORGES, 2012) para que os envolvidos nesta luta possam compreender o sentido e a função social da escola.

A organização em associação dos alunos e alunas da Escola e a consolidação do Grêmio Estudantil é a possibilidade de intervenção do nosso estudante no mundo das decisões políticas e pedagógicas da escola dos e das e para os e as estudantes. Essas relações entre os e as jovens estimulam confiança, cooperação e coletividade.

## 2.5 SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade<sup>17</sup> definido por Boff (2013) tem um caráter mais holístico e integrador:

Sustentabilidade é toda a ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2013: 107).

O modelo neoliberal acelerou o processo de destruição ambiental levando nosso planeta a uma situação de insustentabilidade (LEFF, 2013). Para revertermos este processo é necessário planejar para além da racionalidade econômica. Torna-se indispensável compreender a finitude dos recursos naturais, dos riscos da extração sem limite e dos excessivos poluentes e

---

<sup>17</sup> Boff (2013), assim como outros autores, se inspiram nos escritos de Sachs (2000, 2008) que por sua vez deu continuidade as discussões iniciadas desde a década de 80 sobre o futuro do planeta.

agrotóxicos que são despejados na natureza todos os dias.

Segundo Sachs (2000, 2008) a sustentabilidade apresenta diversas dimensões e ressalta a importância de todas elas.

Sustentabilidade social vem em primeiro por ser necessária uma atuação em primeira linha das condições desumanas em que algumas comunidades se encontram. É possível que “um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental” (Sachs, 2000: 71).

Sustentabilidade cultural é um corolário da sustentabilidade social. A emergência de ações de valorização da arte e da expressão cultural identificada com o local e a formação comunitária com seus gostos, religiosidades, culinária, musicalidade, lazer e relação com o contexto precisam ser valorizadas.

Sustentabilidade ambiental: desta provém os recursos necessários para as diversas atividades e também nela depositados todo material produzido e ora desnecessários.

Sustentabilidade territorial depende de melhor distribuição dos recursos, da produção e do assentamento populacional.

Sustentabilidade econômica é a dimensão necessária para que cada sujeito enfrente e sobreviva no sistema. É condição necessária para que tudo aconteça.

Sustentabilidade política coloca o rumo para onde, quando e como serão aplicados os recursos e desenvolvidas as ações e aí se faz importante a gestão democrática do sistema incluindo a participação de todas e todos nos processos decisórios de implementação de ações e recursos.

Para Sachs (2000, 2008) é urgente e necessário desenvolver a sociedade sob os princípios da sustentabilidade e assim garantir o equilíbrio e a conservação da biodiversidade, a produção de biomassa e o ecodesenvolvimento local. Mas, para isto é preciso trabalhar em três sentidos:

- [...] - identificando, criando e desenvolvendo alternativas sustentáveis de recursos de biomassa e renda;
- envolvendo as pessoas que vivem ao redor de áreas protegidas, nos planos de conservação e de gestão da área;

- cultivando a conscientização da comunidade local quanto ao valor e a necessidade de proteção da área, assim como aos padrões de sustentabilidade de um crescimento local apropriado.

O ecodesenvolvimento requer, desta maneira, o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidos na proteção da área (Sachs, 2000: 72).

Superar este modelo predatório não parece ser muito fácil em um sistema baseado na exploração incansável dos recursos e do trabalhador, na concentração de renda, e no desenvolvimento excludente. Neste sentido, teóricos buscam uma saída através do desenvolvimento compatível onde, segundo Rocha (2011),

A compatibilidade deve ser definida em função do seu EMSOB (Espaço Material-Simbólico-Organizativo-Biotécnico) de suas práticas e entornos, grupos e organizações sociais, interpretações, legitimações e cosmovisões que formam cada cultura em seu sentido mais amplo. É desse entrelaçamento de saberes e fazeres que se deve formar um '(des)envolvimento' ou seja um 'envolvimento' amplo de pessoas para e pelo aumento da melhoria da qualidade de vida para todos (ROCHA, 2011: 143).

Compatível ou não, a questão do desenvolvimento tem de ser revista para que as gerações, presente e futuras, possam desfrutar de um ambiente despoluído, desintoxicado e incluyente, e onde homens e mulheres, adultos, crianças e idosos, possam viver livremente.

Nada mais coerente na busca pela sustentabilidade do que intensificar a justa criação do Grêmio Estudantil como instância de participação na esfera político-pedagógica da Escola. A consolidação desta entidade colegiada representativa dos e das estudantes vem ao encontro das bases que dão sustentação para o debate da sustentabilidade. Isto é o que nos garante Sachs (2000; 2008) quando demonstra, para uma melhor compreensão do tema, a divisão da sustentabilidade em dimensões. Assim, uma das dimensões apresentadas pelo autor é a política que vai interagir com a questão da gestão democrática e da participação popular nas ações políticas e econômicas do estado discutindo e propondo ações e investimentos que estejam voltados para o benefício, se não de todos e todas, mas da maioria dos habitantes do local. Pois, ninguém melhor do que a população local para dizer onde devem ser investidos os recursos públicos e onde devem ser desenvolvidas ações de política públicas que vão beneficiar a comunidade.

### 3 METODOLOGIA

A construção deste trabalho foi baseada na metodologia da pesquisa-ação, pois, através desta pode-se compreender o movimento em torno da comunidade. Focar na prática e a partir dela teorizar e poder novamente melhorar a prática. Para Tripp (2005)

A pesquisa-ação deveria ser capaz de fazer a ligação tanto da teoria para a transição da prática quanto da prática para a transformação da teoria, embora haja poucos sinais de que o faça, talvez por orientar-se em grande medida para a melhora da prática (TRIPP, 2005, p. 455).

A grande contribuição da pesquisa-ação é desenvolver na prática e discutir na teoria, proporcionando aprendizagem teórica e, se possível, produção de novo conhecimento e mudança da realidade (DIONNE, 2007). Para este autor “pesquisa-ação é uma técnica de intervenção coletiva e, portanto, uma técnica de mudança social” (DIONNE, 2007: 75). Também, Thiollent (1947) assegura que:

[...] pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1947: 14).

A metodologia da pesquisa-ação procura desenvolver uma ação prática, pode ser voltada para a resolução de um problema, de intervenção na realidade, desenvolvida na coletividade com um grupo de atores sociais, que terão influência direta na pesquisa, e que através da experiência desenvolvida busca respostas teóricas para os resultados da ação. Conhecer uma situação com o duplo objetivo de mudar a realidade e produzir conhecimento (DIONNE, 2007). Para Bogdan & Biklen (1991) ao modificar as práticas existentes, também,

Permite que as pessoas se conheçam melhor, aumentem a consciência que têm dos problemas, bem como o empenho na sua resolução. Ter conhecimento direto dos factos significa aumentar a consciência e dedicação relativamente a questões particulares (BOGDAN & BIKLEN, 1991: 297).

A proposta de trabalho foi lançada em uma reunião pedagógica

regular que aconteceu no dia 17 de novembro de 2014. Nessa reunião, a equipe de professores e professoras decidiu assumir a proposta de viabilizar a organização dos alunos e alunas na construção do Grêmio Estudantil. Essa equipe, agora sugere e avalia o processo todo daqui para diante. Para os educadores e educadoras, a consolidação da agremiação estudantil possibilita um maior envolvimento dos alunos nas atividades da escola, e também em sala de aula, por promover uma adesão maior aos interesses pedagógicos. A proposta de um diagnóstico foi sugerido pelo grupo, com a intenção de revelar realidades culturais, históricas e sócio-econômicas.

O diagnóstico desvelou o contexto ao qual a escola está inserida, baseado em observações, leituras de atas passada e um questionário com perguntas fechadas que nos dessem informações sócio-econômicas das famílias pertencentes a Comunidade Escolar. Esta metodologia foi aplicada, para que pudéssemos, também, perceber o envolvimento da comunidade escolar, segmento pais e mães, em instâncias organizativas da comunidade. Realizamos reuniões com os diversos segmentos, assim como, visitas às famílias da comunidade escolar durante o primeiro trimestre letivo para que pudéssemos observar in loco a organização das famílias. Nas reuniões, se verificou a emergência das necessidades político-pedagógicas. Assim, fomos mapeando as ações em detrimento dos nossos objetivos, para que elas não se perdessem pelo caminho e que nós mesmos não perdêssemos o foco do projeto de intervenção.

Encaminhamos assim, através da mobilização de todo o segmento alunos e alunas da comunidade escolar as primeiras reuniões abertas para a construção do Grêmio Estudantil da Escola Dirceu Moreira. A primeira reunião com o grupo aconteceu no dia 24 de março de 2015, para explicitação da importância do Grêmio Estudantil e depois desta mais outras 3 se seguiram até o grupo incorporar a ideia da criação do Grêmio Estudantil na Escola. Na primeira reunião os participantes do segmento alunos se inclinaram para o desenvolvimento da ação de organização de sua entidade organizativa mesmo sem entenderem muito bem o que estavam escolhendo.

Carregados de dúvidas quanto o propósito desta organização, como funcionaria e como seriam beneficiados os alunos e alunas da Escola

demonstraram coragem de enfrentar o novo e construir algo que até então desconheciam. Desse encontro foi constituído um grupo composto por 15 alunos e alunas responsáveis pela coordenação dos trabalhos a partir desta reunião tiveram o acompanhamento dos professores da Escola.

Nos encontros seguintes, observamos a necessidade de um debate sobre participação e responsabilidades enquanto sujeitos desta construção. Questões como coletividade, cooperação, grupo e solidariedade foram debatidas para que produzissem um efeito de organização enquanto coletivo de trabalho a fim de qualificar a construção de capital social<sup>18</sup> neste grupo.

Outra abordagem que se fez necessária, foi a discussão da parte legal de organização de uma entidade. Este debate, foi desenvolvido através das normas pertencentes à legislação nacional, regional e local. Depois disto, foi necessário encaminhar a construção das próprias normas do Grêmio Estudantil da Escola Dirceu Moreira. Feita a organização do estatuto, foi encaminhado para apreciação da assembléia geral dos alunos e alunos que votarão da manutenção ou da rejeição da proposta no todo ou em partes.

Durante todo esse movimento, assistimos a realização de palestras com o Conselho da Mulher desenvolvendo a temática da 'mulher no contexto do campo' e com o Conselho Tutelar falando dos 'direitos e deveres das crianças frente ao trabalho infantil no campo'. Estas duas ações fizeram parte das discussões quanto a questões de valorização do homem e da mulher no campo.

Da mesma forma, ações foram desenvolvidas na perspectiva de gerar espaços onde os alunos e alunas da escola pudessem fazer-se ouvir.

---

<sup>18</sup> Segundo Kliksberg (1999) "El Banco Mundial distingue cuatro formas básicas de capital: i) el natural, constituido por ladotación de recursos natural es con que cuentaun país; ii) El construido, generado por el ser humano, que incluye infraestructura, bienes de capital, capital financiero, comercial, etc.; iii) el capital humano, determinado por los grados de nutrición, salud y educación de La población; y iv) el capital social, descubrimiento reciente de las ciências del desarrollo". Para Coleman (opcit Baquero, 2006) Capital Social pode ser definido como um "conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária, úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou jovem". Já Robert D. Putnam, por sua vez, define capital social como "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 1996, p. 177). E por último busco Baquero (2001) que sugere que, "a chave subjacente ao capital social consiste em responder a perguntas que aparentemente são tautológicas (verdade por definição) e que envolvem as dimensões de confiança, solidariedade e reciprocidade" (p. 60). Porém, todos os autores são unânimes em aceitar que este conceito de capital social ainda tem muito que ser discutido e não está consolidado como um conceito fechado.

Duas ações foram significativas, uma durante a Semana do Meio Ambiente que proporcionou a organização de debates frente às temáticas de sustentabilidade da Escola; a outra, a construção da Rádio Escola oportunizando um espaço aberto para a programação de atividades culturais e de informação para a comunidade escolar em especial o segmento alunos e alunas.

Por fim, a participação dos alunos e alunas no Conselho de Classe e a participação de alguns interessados na efetivação do Grêmio Estudantil participando das reuniões e debates. Estas ações correspondem ao objetivo de criação de instâncias participativas dos e das estudantes da escola, instâncias colegiadas de caráter pedagógico e organizativo desse segmento.

#### 4 AÇÕES ANALISADAS

O Projeto de Intervenção criação do Grêmio Estudantil, entre outras ações que ocorreram concomitantemente com esta, fazem parte de um processo de discussão e construção em busca do fortalecimento da Gestão Democrática e a consolidação de uma Escola Mais Sustentável que a comunidade escolar da Escola Dirceu Moreira acolheu e desenvolveu.

O caminho pelo qual passa a organização da comunidade juvenil da Escola é desafiador e estimulante. Desafiador, porque na comunidade de Santa Silvana não existe qualquer forma de organização dos e das jovens da comunidade em geral, nem mesmo as Instituições cristãs existentes na comunidade tem organizações juvenis. Estimulante, porque fazer parte da articulação deste movimento enobrece nosso trabalho político-pedagógico e vai de encontro com a função social da escola que acreditamos transformadora da realidade local.

Conforme nosso PPP, estabelece um estímulo ao trabalho de organização dos meninos e meninas da Escola intervir, ou melhor, construir ações que melhorem a capacidade de organização das e dos jovens, conforme Baquero e Hammes (2006), favorece a melhoria das relações sociais do grupo como o desenvolvimento de confiança e de cooperação entre os atores do processo.

A experiência de trabalho em equipe contribui para a participação dos jovens em ações de interesse social, capacitando-os para viver em sociedade. Através dele, os jovens percebem o valor da união, o alcance dos direitos e a importância da participação de todos; ao mesmo tempo, a experiência no grupo propicia conhecimento da realidade, muda a própria visão do jovem e facilita ações coletivas para alcançar objetivos comuns (BAQUERO E HAMES, 2006, p.11).

As palestras, em conjunto com o Conselho da Mulher e Conselho Tutelar buscaram a valorização da criança, do homem e da mulher no campo e debateram políticas públicas de interesse dessas categorias. Esta parece ser uma discussão fundamental na construção de uma nova sociedade, onde as relações de gênero e de direitos e deveres da infância sejam respeitados, garantidos. Portanto, estas duas temáticas tiveram este intuito de sacudir o

pensamento pré-estabelecido na comunidade de que é a mulher, e somente a mulher, que deve cuidar da casa e dos filhos só que esta jornada é sobrecarregada pela necessidade da agricultora desempenhar também papel fundamental na produção familiar, ou seja, o trabalho da mulher do campo na lavoura traz mais força produtiva para a mão de obra familiar característica das pequenas propriedades existentes na comunidade de Santa Silvana.

Esse debate foi retomado nas reuniões de planejamento do Grêmio Estudantil. Apesar de ter mais meninas participando das reuniões, os meninos queriam ocupar os cargos mais visualizados e se apropriarem sozinhos da programação e da condução da rádio escolar. Depois de algumas reflexões, falas e debates principiou-se uma negociação entre meninos e meninas para a divisão de cargos e a condução da rádio escolar. Esse debate, pareceu muito útil e importante, pois fortaleceu os laços entre meninos e meninas e melhorou o respeito em relação a questão de gênero dentro da sala de aula e inclusive nas aulas de Educação Física.

Por outro lado, discutir também a questão do trabalho infantil é refletir um pouco sobre a diferença entre a exploração do trabalho infantil e o trabalho educativo de responsabilidade e aprendizado.

No Brasil, o trabalho não é permitido sob qualquer condição para crianças e adolescentes entre zero e 13 anos; a partir dos 14 anos pode-se trabalhar como aprendiz; já dos 16 aos 18, as atividades laborais são permitidas, desde que não aconteçam das 22h às 5h, não sejam insalubres ou perigosas e não façam parte da lista das piores formas de trabalho infantil (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA).

No entanto, oportunizar atividades onde as crianças possam estimular suas capacidades de organização, higiene e responsabilidade são importantíssimas no processo educativo da criança. Para Pistrak (2000)

A sujeira, a falta de higiene, o desprezo pela organização na vida cotidiana, devem ser vencidos na escola com a 'racionalização' do trabalho doméstico.

Resultados podem e devem ser alcançados sem que as crianças precisem executar todas as tarefas domésticas, mas desde que estas tarefas sejam analisadas do ponto de vista de seu valor social (PISTRAK, 2000, 53).

Desta maneira, arrumar o seu quarto, manter organizado seus brinquedos depois de usá-los, organizar seus materiais escolares, cuidar da sua higiene e cuidar de plantas e seus bichinhos de estimação para que não falte

água e nem alimento são tarefas possíveis, cada qual na sua idade, que a criança pode desenvolver a fim de estabelecer este vínculo com as tarefas necessárias à sua sobrevivência desempenhadas dentro de um processo educativo. Agora, sabemos que nunca estas atividades devam ser intensas a ponto de chegar a impossibilitar o ato de brincar e estudar.

Neste aspecto, também podemos perceber que o debate sobre a questão do trabalho na infância na agricultura é bem diferenciada da infância na cidade. A juventude presente nestas atividades mostraram que alguns fazem muito mais do que deveriam, e outros, por outro lado, não costumam realizar atividades na propriedade onde moram. Quanto o trabalho produzido na rádio escolar e na horta ecológica da Escola, foi debatido o tempo destinado para cada atividade e o caráter pedagógico destas ações.

A realização da Semana do Meio Ambiente proporcionou a organização de debates frente às temáticas de sustentabilidade que vem sendo discutida na Escola. Nesta ação, conseguimos despertar as alunas e alunos para um mundo novo do cuidado com nossa escola, nossa comunidade, nossa sociedade. Construimos um debate, em que o pensar local esteve presente sempre de forma que se pudesse estabelecer conexão com as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2000; 2008). Educandas e educandos sentaram em rodas e puderam expressar o que estavam sentindo sobre estas temáticas e sobre o que gostariam de realizar na Escola.

Já em plenária, alguns cartazes foram apresentados e as ideias socializadas. Propostas como embelezamento do pátio escolar, a continuação da horta, melhorias no pomar do Quintal Orgânico, mesas e bancos no pátio da Escola, viagens para conhecer outros lugares e separação do lixo foram as que mais apareceram e ou que apareceram com maior ênfase. Por fim, foi feita a sugestão de que esta Semana do Meio Ambiente deveria continuar e ser incluída no Projeto Político-Pedagógico da Escola a fim de poder garantir sua conservação e expansão frente às necessidades e objetivos da Escola e da comunidade.

Interessante, foi perceber que os maiores envolvidos nestas proposições, foram, o mesmo grupo que despontava na organização do Grêmio Estudantil. Pode-se afirmar, talvez, que o estímulo a participação e o

protagonismo demonstrado numa atividade não permanecem isolados, eles se estendem e acabam demonstrando toda essa garra na maioria das ações desenvolvidas na escola e também na comunidade. Assim, podemos crer que a educação para a participação e o protagonismo tem que ser movimentada nas escolas a fim de educar os e as jovens para uma mudança em suas atitudes frente a política e a sociedade

Em parceria com o curso de Eletrônica da Universidade Federal de Pelotas, desde o ano de 2014, conseguimos colocar em prática o sonho dos alunos e alunas e da equipe gestora de ver em funcionamento uma rádio interna da Escola. Esta oportunidade, colocou-nos um desafio muito grande de organizar a programação com os e as educandas. A provisória Equipe Diretiva do Grêmio Estudantil, chamou para si a responsabilidade de administrar a produção da rádio e distribuição dos espaços para cada turma interessada em realizar uma programação na rádio. Foi interessante observar esse movimento. A criação da rádio deu uma ar de importância muito grande para o Grêmio Estudantil dentro da Escola e para os meninos e meninas que fazem parte desta organização coletiva.

Percebemos nesse processo, o desenvolvimento da capacidade comunicativa, crítica e participativa dos estudantes, a entrega e o pertencimento àquela realidade, um desenvolvimento da autonomia que não havíamos percebido em outras atividades. Neste processo, as relações sociais e os vínculos humanos tornaram-se mais consistentes e princípios como a cooperação e a valorização social do trabalho emergiram sem mesmo que tivéssemos antecipado ou programado dentro do nosso planejamento. Um ganho sólido e fecundo para o trabalho pedagógico da escola.

O conteúdo curricular também ganhou novas formas. As necessidades dos alunos e alunas frente às novas realidades que se apresentavam, forçaram a mudança pedagógica dos conteúdos curriculares das disciplinas escolares. Essa mudança, não ocorreu somente nas aulas de Língua Portuguesa como poderia se pensar. A mudança percorreu todas as disciplinas do nosso currículo e a mudança foi interdisciplinar. A compreensão dos sistemas de comunicação, a compreensão e o aperfeiçoamento da leitura e da escrita e o conhecimento das várias linguagens da comunicação, foram alguns

dos assuntos que mais presenciaram os conteúdos em sala de aula. Portanto, estas mudanças proporcionaram aprendizado em estrutura de texto, realização de entrevistas, interpretação de músicas que divertem e contribuem na formação, na forma de divulgação dos interesses dos e das estudantes e da cultura da comunidade. Nós professores, professoras, alunos e alunas temos muito o que aprender ainda com toda essa nova dinâmica, mas desde já nos força planejar como devemos atuar com esta nova forma de comunicação dentro da Escola.

Buscando os espaços dentro da Escola, os alunos e alunas se apropriaram da construção do Conselho de Classe Participativo. Esse processo, democrático e de diálogo entre estudantes, pais, mães, professores e professoras vem contribuir na efetiva busca dos e das estudantes para se tornarem parte do processo de ensino-aprendizagem. Esta experiência, está se dando no correr do tempo em que descrevo os relatos ficando muito distante de poder fazer uma análise, mas entendemos que ao propor esta formulação nova para avaliação podemos integrar mais nossos educandos e nossas educandas no processo decisório das avaliações escolares.

Por fim, a construção do Grêmio Estudantil vem para consolidar esta participação dos e das estudantes no processo de Gestão Democrática do ensino público na Escola Dirceu Moreira. Este movimento que está acontecendo dentro da esfera da Escola tem chamado a atenção de toda a comunidade. Muitos rumores de corredores tem se ouvido e a familiarização com todas estas novidades tem gerado um interesse de participação destes espaços e o interessante é que os mais pequeninos da Escola também querem fazer parte desta história.

[...] a existência dessa instituição no interior da escola pode trazer algo novo, diversificar a representatividade no cotidiano da escola, permitir aos jovens a ocupação de outros lugares para além da sala de aula e do papel exclusivamente de aluno (MARTINS & DRAVELL, 2013, 1280).

Quando propomos todo este trabalho, não tínhamos a certeza de que a comunidade abraçaria a idéia. Ficamos satisfeitos que essa mobilização se deu de forma espontânea e cremos que foi devido ela movimentar-se num sentido comum, o de construir na escola uma identidade desse coletivo e

vinculado com a realidade local. Podemos pressupor, que nossos educandos e nossas educandas compreenderam seus papéis social. Segundo Resende (1995) a “relação do homem com a cotidianidade é direta, propiciando um processo de amadurecimento ao indivíduo, que se reproduz diretamente com o indivíduo e indiretamente como membro de um complexo social” (RESENDE, 1995, p. 56).

A finalização da organização e estruturação legal do Grêmio Estudantil da Escola Dirceu Moreira ainda está em processo de fechamento. Havia ficado para o segundo semestre a questão da plenária final e eleição da Diretoria da agremiação. No entanto, a realidade das escolas do campo, por serem de difícil acesso, é sempre complexa. Mas, alguns problemas graves conseguiram deixar essa realidade mais conturbada ainda e desarticularam todo nosso trabalho até aqui desenvolvido.

Começamos, com a desistência da empresa privada de transporte coletivo, que faz a linha colônia/cidade deixando, dessa maneira, os educadores e educadoras das escolas nas comunidades de Santa Silvana e Colônia Osório sem acesso até estas. O segundo fato ocorrido foi o período de chuvarada que, quando conseguíamos chegar até a Escola, afastou as alunas e os alunos do educandário devido às péssimas condições das estradas impossibilitando o transporte escolar de trafegar e conduzir os alunos e alunas em segurança até a Escola.

Outro grande fato, não menos importante do que os anteriores, é a luta deflagrada contra o governo do estado do Rio Grande do Sul que ridicularizou a categoria do magistério ironizando sobre o piso salarial dos professores e professoras e posteriormente atrasando e parcelando os vencimentos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e de todos os trabalhadores públicos estaduais, sem contar o arrocho salarial implementado com o fim do reajuste salarial até 2019 e sem contratações ou concurso neste período. Podemos colocar nessa lista ainda os vários projetos aprovados que saqueiam o trabalhador do Rio Grande do Sul com aumento de impostos e redução de serviços prestados pelo Estado.

Portanto, o fechamento que gostaríamos de dar para este trabalho de intervenção-ação não é o que prevíamos. Depois de uma construção

maravilhosa, de um empenho grandioso por parte dos alunos e alunas da Escola, de uma garra não percebida antes em nenhuma outra atividade realizada pela instituição, ver esse desfecho não é nada animador. Na verdade é frustrante diante de todo o processo realizado até aqui, por outro lado não podemos desconsiderar os avanços promovidos por todo esse envolvimento dos e das jovens e a dedicação por eles e elas empenhada nesse caminho construindo a sua participação e protagonismo no cenário da educação, no cenário da vida.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Construir uma entidade colegiada demanda grande esforço de toda a comunidade escolar. Neste processo, o dia-a-dia dos professores e professoras está prioritariamente destinada a permanecer nas turmas, com cada aluno, buscando compreender suas necessidades de conhecimentos ou estabelecer novos dispositivos de avaliação do processo de ensino/aprendizagem, isto acarreta num grande desgaste físico e psíquico deste segmento. Por outro lado, a equipe diretiva da Escola que poderia buscar analisar como as condições do ensino e os modos de gestão do processo escolar poderiam ser modificados, muitas vezes se omite desta tarefa ficando de fora destas novas compreensões da organização da Escola.

Decidimos por um fim neste processo omissivo e fomos de peito aberto lançar este desafio. Contudo, este processo é demorado e por vezes muito complicado também em função da escola ser do campo e de difícil acesso, principalmente em dias de chuva que não há transporte que leve os trabalhadores e trabalhadoras em educação até a escola e nem mesmo o transporte escolar consegue conduzir em segurança as crianças até a Escola. Assim, por vezes, reuniões marcadas têm de ser desmarcadas às pressas porque não teve como chegarmos até a Escola ou porque os alunos e alunas também não conseguiram chegar até o educandário. Isto oferece ainda mais empecilhos nesta construção, pois desmotiva, desarticula e enfraquece o movimento.

Embora o PPP da Escola esteja necessitando de reformulações e precise ainda estar mais presente no dia-a-dia do processo pedagógico, ele foi propulsor para a realização deste projeto de intervenção ação. Quando se afirma que a “educação deve ser a base do desenvolvimento social” estamos pensando em todos os aspectos que nos levam a construção de um aluno crítico e de uma aluna crítica, participativos, hoje do processo pedagógico da Escola, amanhã do processo de construção da sociedade e do desenvolvimento local da comunidade. Confirma-se assim, um dos objetivos da Escola Dirceu

Moreira que fala em “garantir que os educandos compreendam o processo de organização da sociedade”, assim, compreender esta organização social, coletiva, democrática e dialógica faz parte do trabalho pedagógico da Escola e persegue que estes educandos e educandas sejam “conscientes, críticos, participativos, solidários e justos em suas contribuições, intervenções e transformações da sociedade” pois não basta participar de forma alienada ao processo é necessário que estes e estas jovens adquiram consciência e consigam intervir de uma maneira que promovam o desenvolvimento local baseado na sustentabilidade.

As características culturais locais também precisam ser alimentadas para não caírem no esquecimento. Pensávamos que as manifestações culturais da comunidade como o Stiepen e Achamuta, o jogo do Schafeskopf e a culinária regional estariam em decadência e posterior extinção se dependesse dos mais jovens. Enganamos-nos. Surpresa, para nós, foi perceber que os e as jovens estão muito interessados em resgatar, manter e estudar sobre a cultura dos antepassados. Esse fato nos pegou de surpresa devido o nosso pré-julgamento sobre a atitude dos e das estudantes. Por outro lado, ficamos felizes, pois podemos assegurar que nos próximos anos alguma movimentação cultural ainda permanecerá no seio da comunidade.

As ações desempenhadas por este trabalho têm despertado uma enorme corrente participativa na Escola fazendo emergir uma necessidade oprimida no íntimo da juventude. Libertar-se desta opressão e visualizar a possibilidade de poder interagir e tornarem-se atores e atrizes deste movimento é o maior ganho em potencial deste processo. Ainda assim, nos perguntamos se estamos no caminho certo e por vezes temos dúvidas, mas temos a certeza de que ao olhar no semblante de cada criança a cara de satisfação destas meninas e destes meninos que participam da consolidação desta entidade nos faz perceber que vale a pena nos dedicarmos cada segundo para esta juventude carente de participação, carente de ter um lugar que possam fazer valer suas propostas, suas idéias, suas necessidades frente esta sociedade construída pelos e para os adultos saudáveis e com recursos financeiros.

Nossas análises dão conta de que o processo de Gestão Democrática baseado na construção de uma escola mais sustentável tem

garantido, até aqui, uma afirmação de que este caminho é possível. Perceber a sustentabilidade como base para a construção da participação da comunidade escolar e, neste trabalho, da participação da juventude de meninos e meninas no processo de desenvolvimento pedagógico da Escola vem estabelecer novos paradigmas de educação frente às novas demandas educacionais. Podemos pressupor que esta ação poderá ter influências significativas na participação destes e destas jovens no seio da comunidade de Santa Silvana e até contribuir no desenvolvimento local e certamente baseado em uma maior sustentabilidade.

Essas práticas levaram a um ganho potencial na participação dos e das estudantes durante este semestre de implantação destas ações. Podemos dizer que esta participação inicial tem demonstrado, inclusive, mudanças de comportamento na busca pelo saber segundo o relato das professoras e dos professores durante o Conselho de Classe.

Diante desta perspectiva, podemos afirmar que o ganho de capital social durante este processo, embora principiante, é notório e, talvez, possa gerar uma mudança significativa no processo pedagógico da escola e posteriormente na comunidade no contexto do desenvolvimento local, claro que esse é um pressuposto que tenhamos que esperar mais alguns anos para avaliar este impacto, mas é possível sim supor que essas atividades possam, no mínimo, contribuir na melhoria da organização social da comunidade.

Assim, a participação dos e das jovens na escola. A organização dos alunos e a fase posterior da auto-organização junto aos esforços das professoras e dos professores e da equipe diretiva da Escola partem do pressuposto que este movimento, que tem sua base na perspectiva da sustentabilidade, vem de encontro para a melhoria da Escola e também da consolidação do processo de Gestão Democrática. A participação dos alunos e das alunas na construção de uma escola pública que possa oferecer alternativas que contribuam para a redução do fracasso escolar e para o avanço das propostas pedagógicas da escola é de fundamental importância para garantir este movimento na Escola.

## 6 REFERÊNCIAS

BAQUERO, R; HAMMES, L. **Juventude, grupos e participação social.** Revista Ciências Sociais em Perspectiva: 1º sem. 2006. P. 25 – 37.

BAQUERO, M. **Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?** In BAQUERO, M; CREMONESE, D (org). Capital social: teoria e prática. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006.

BESSA, V. **Grêmios estudantis: um dispositivo para a participação dos alunos na gestão do processo escolar.** In <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2F24reuniao.anped.org.br%2FP2072242924183.doc&ei=xr\\_rVO7nE8bfsASk0YHoCQ&usg=AFQjCNFJpiM9YcAntUjd7O6UzaaX3oHuAQ&sig2=wL4eqgn76eaSalKXBAymiQ&bvm=bv.86475890,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2F24reuniao.anped.org.br%2FP2072242924183.doc&ei=xr_rVO7nE8bfsASk0YHoCQ&usg=AFQjCNFJpiM9YcAntUjd7O6UzaaX3oHuAQ&sig2=wL4eqgn76eaSalKXBAymiQ&bvm=bv.86475890,d.cWc)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

BETTO, F. **Um Brasil de homens e mulheres novos.** In LENIN, V; BETTO, F; CASTRO, F. As tarefas revolucionárias da juventude. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2013.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1991.

BORGES, H. **Educação do campo como processo de luta por uma sociedade justa.** In GHEDIN, E. (org). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

BOGHOSSIAN, C.; MINAYO, M. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Revista Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411 - 423, 2009.

BRASIL. Lei 7.398 de 04 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. p. 16131, 05 de novembro de 1985. Brasília, 1985.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 13563, 16 de julho de 1990, Brasília, 1990.

BUSSMANN, A. **O projeto político-pedagógico e a gestão da escola.** In VEIGA, I P (org). Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papyrus, 1995.

CALDART, R. **Educação do campo**. In CALDART, R. et all. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.

CALDART, R. et all. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b.

COSTA, J. **Pomeranos: construtores de um império?**. In Revista do Instituto Humanitas Unisinos. [entrevista] a. VIII. n. 271. 2008. Disponível em <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2095&secao=271](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2095&secao=271)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

COSTA, L. **Educação do campo em uma perspectiva da educação popular**. In GHEDIN, E. (org). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6661/6012>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

FERNANDES, B. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2014.

FONTES, V. M. G. M. **Democracia**. In CALDART, R. et all. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Trabalho infantil: o que é**. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/trabalho infantil/o-que-e>. Acesso em: 22/07/15.

FUNDEP. **Coragem de educar: uma proposta de educação popular para o meio rural**. Petrópolis; Vozes, 1994.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GHEDIN, E (org). **Educação do campo: epistemologias e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social y cultura, claves esenciales Del desarrollo**. Revista de la CEPAL. N. 69. Santiago do Chile: CEPAL, dezembro de 1999, p. 85-102.

MARTINS, F; DAYRELL, J. **Juventude e participação; o grêmio estudantil como espaço educativo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013.

MEDEIROS, I. L. P.; LUCE, M. B. **Concepções e vivências**. <[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo1/gd\\_concepcoes\\_vivencias.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gd_concepcoes_vivencias.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2015.

NEVES, C. M. C. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In VEIGA, I P (org). Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, A. **O protagonismo juvenil em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre**. 2011. 214p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RESENDE, L. **Paradigma – relação de poder – projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer pedagógico**. In VEIGA, I P (org). Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 13.104, de 22 de dezembro de 2008. Assegura o direito ao pagamento de meia-entrada em atividades culturais e esportivas aos(às) estudantes matriculados(as) em estabelecimentos de ensino regular, aos(às) jovens com até 15 (quinze) anos e aos(às) jovens entre 16 (dezesseis) e 29 (vinte e nove) anos, pertencentes a famílias de baixa renda, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. 23 dez 2008. Porto Alegre, 2008.

ROCHA, J. **Sustentabilidade em questão: economia, sociedade e meio ambiente**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento, incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALAMONI, G; ACEVEDO, H; ESTRELA. **Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

SANDER, C. **Juventude e participação: um processo pedagógico**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n3/n3a04.pdf>. Acesso em: 10 de agosto 2015.

SANTOS, A; ALMEIDA, L. **Perspectivas curriculares para a educação do campo**. In GHEDIN, E. (org). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

SARMENTO, T.; MARQUES, J. **A participação de crianças nas práticas de relação das famílias com a escola.** In Revista Interações, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 59-86, 2006.

SCOTTO, G; CARVALHO, I; GUIMARÃES, L. **Desenvolvimento sustentável.** Petrópolis: Vozes, 2007.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1985.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

TRIPP, M. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** In Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, I. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** In Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 04 de janeiro de 2015.

VEIGA, I P (org). **Projeto político-pedagógico da escola.** Campinas: Papirus, 1995.

VILHENA JUNIOR, W; MOURÃO, A. **Políticas públicas e os movimentos sociais.** In GHEDIN, E. (org). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.